



**IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
V SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
IV CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Eixo: Fundamentos do Serviço Social

**A formação e a profissão do Serviço Social na divisão
sociotécnica do trabalho: dilemas intrínsecos ao PEP**

Fabília Cristina de Castro Maciel¹

Resumo: O Serviço Social é uma profissão inscrita na divisão sociotécnica do trabalho, o que lhe atribui legitimidade, identidade e funcionalidade na lógica do sistema do capital. A formação também se registra neste contexto e é perpassada pelos mesmos determinantes, sob as normatizações do sistema de ensino. A partir de estudo bibliográfico e documental o objetivo neste artigo é o de identificar os dilemas e contradições na contemporaneidade entre a formação e as requisições do mundo do trabalho, a considerar as construções coletivas da categoria em defesa do Projeto Ético Político (PEP) alinhado a um projeto societário emancipador.

Palavras-chave: Serviço Social; formação; exercício profissional; neoliberalismo; PEP.

Abstract: Social Work is a profession inscribed in the socio-technical division of work, which gives it legitimacy, identity and functionality in the logic of capitalism. Formation is also registered in this context and is permeated by the same determinants, under the norms of the education system. Based on a bibliographic and documental study, this article sought to identify the dilemmas and contradictions in the contemporary world between training and the demands of the world of work, considering the collective constructions of the category in defense of the Political Ethical Project (PEP) aligned with a project emancipatory corporation.

Keywords: Social Work; formation; professional exercise; neoliberalism; PEP.

¹ Profissão: professora do Centro Universitário Lusófona do Porto, doutora em Serviço Social pela UNESP, fabriaci@unesp.br. Eixo temático Fundamentos do Serviço Social.



1) INTRODUÇÃO:

A profissão do Serviço Social ocupa um lugar na divisão sociotécnica do trabalho que confere sua legitimidade e sua identidade, a ser problematizada permanentemente pela categoria, dadas as correlações de forças presentes nos tempos históricos, endógena e exogenamente. Neste artigo se propõe articular as dimensões que abrangem à formação e ao exercício profissional com a finalidade de demonstrar a vinculação intrínseca entre as exigências do mundo do trabalho, os potenciais e os riscos das adaptações a este, através do ensino formal. Destaca-se, portanto, a importância do Estado na conformação das políticas públicas e na legitimação dos interesses da classe dominante a confrontar-se com as necessidades e insatisfações populares, por meio de um sistema de controle e contenções.

Neste sentido, a reflexão incontornável sobre a natureza e funcionalidade da profissão é associada tanto às requisições institucionais sedimentadas no escopo do sistema capitalista de produção e reprodução da vida social, quanto às construções coletivas da categoria que levaram a arquitetura de um Projeto Ético Político (PEP) assentado no campo teórico histórico-crítico. Longe de estarem isentas de contradições e disputas, as construções históricas, teóricas, metodológicas, ética e políticas da categoria são desafiadas pelas dinâmicas da era tecnológica, cibernética e robotizada, que tem neste momento do modo de produção capitalista (MPC) sua fase mais destrutiva, a gravar as expressões da *questão social*. As reflexões aqui apresentadas fazem parte da tese de doutoramento realizada pela autora.

2) A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA PROFISSÃO DE SERVIÇO SOCIAL E SEUS MOVIMENTOS NA HISTÓRIA

Inicia-se a atual reflexão a considerar que a clivagem do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista marca uma nova dinâmica na organização das forças produtivas e na divisão internacional do trabalho. Num cenário de crise econômica que se alastra desde os finais do século XIX (1870) e estende-se até 1929, o capitalismo cria estratégia global para enfrentar suas contradições e, ao mesmo tempo, para aumentar a acumulação de capital. Nesta esteira, a hegemonia burguesa decide ampliar o *Estado*² em função mais especificamente do assombro decorrente da Revolução Russa; mas também, devido aos efeitos da “Grande Depressão”, da elevação dos conflitos em função do desemprego, das precárias condições de trabalho, da queda do salário real e; como estratégia para frear o aumento da organização popular, especialmente a sindical.

² “Estado é a condensação das relações de poder político que atravessam a sociedade mediante as quais determinados agrupamentos humanos (classes, frações e setores) impõem seus interesses, tanto por meios coercitivos quanto consensuais” (OSORIO, 2019, p. 186).



A maneira e as condições como os países se posicionam na ordem global, suas dinâmicas internas de estruturação do Estado e das classes sociais são determinantes para a compreensão de institucionalização da profissão de Serviço Social nos diversos países.³ No início do século XX, o Brasil, país de economia dependente à lógica do imperialismo, caracterizada principalmente pela exploração agromineira, ocupa um papel primordial na produção de insumos e matérias primas para os países de economia central e, conseqüentemente, assume um lugar específico na divisão social do trabalho mundial.

É a partir da perspectiva histórico-crítica que se configura aqui um posicionamento sobre natureza do Serviço Social, alinhada ao conjunto de teóricos que a concebe, realizando a distinção entre, por um lado, a análise dos fundamentos e o sentido social da gênese profissional; e, por outro, as características dos primeiros profissionais.⁴ Ou seja, esta direção argumenta que a profissão surge e legitima-se no contexto do capitalismo monopolista, em que o Estado burguês passa a “assumir a responsabilidade” pelas respostas às expressões da *questão social*. Dentro da ordem social-econômica, apresenta-nos Montaño (2007), a profissão de Serviço Social deve ser analisada como uma engrenagem da divisão sociotécnica do trabalho, ocupando-se da prestação de serviços, e participando na reprodução tanto da *força de trabalho* e das relações sociais, quanto da ideologia dominante (enquanto instrumento).

Portanto, é no contexto das intercorrências dos processos econômicos, sociopolíticos e teórico-culturais da ordem burguesa, na passagem do capitalismo concorrencial para o monopolista que se estabelecem as condições histórico-sociais para a emergência da profissão do Serviço Social, primeiro na Europa, e depois nos países de economia periférica, como os da América Latina. É no, e através do Estado (prioritariamente) que o profissional de Serviço Social (SS), enquanto executor terminal das políticas sociais, reproduz sua *força de trabalho* e contribui para a reprodução geral do capital em suas formas de dominação e opressão.

Segundo Sara Granemann (1999), várias profissões emergem neste tempo histórico, sendo algumas delas requeridas para garantir o trabalho direto na esfera produtiva, outras se apresentam com a finalidade de garantir a extração da *mais-valor* e contribuir com a reprodução da vida social. O Serviço Social é uma profissão que surge no intuito de participar da construção das condições necessárias à manutenção do processo social de reprodução (ALMEIDA, 1996). Destaca-se, de acordo com este autor, que o trabalho de assistentes sociais é requerido como especialidade da divisão sociotécnica do trabalho, na

³ Os primeiros cursos de Serviço Social surgem entre nos anos 1890-1940, na Europa ocidental e nos EUA, criando-se, em 1925, a primeira Escola latino-americana (Dr. Alejandro del Río), no Chile, e apareceu no Brasil na segunda metade dos anos 30 (MONTAÑO, 2007, p. 30).

⁴ Não perdemos de vista o que apresenta Yazbek (2009a): “Terá particular importância, na estruturação do perfil da emergente profissão no país, a Igreja Católica, responsável pelo ideário, pelos conteúdos e pelo processo de formação dos primeiros assistentes sociais brasileiros” (YAZBEK, 2009a, p. 130).



forma assalariada, para responder as estratégias de dominação da burguesia no enfrentamento das expressões cotidianas da “*questão social*” que emergem da diferenciação e conflito de classes. No entanto, nos adverte Paulo Netto (1996), que a *questão social* não determina, por si só, a gênese do Serviço Social, mas sustenta a emergência da profissão quando se transforma em *objeto de intervenção do Estado*, através de sua *mediação política*, instrumentalizada através das *políticas sociais*. Ainda, conforme Paulo Netto (1996), o Estado, no capitalismo monopolista, procura a legitimação política por meio do “jogo democrático”, criando condições para incorporar demandas das classes subalternas, mesmo que através de um *projeto conservador* (que se difere de um projeto reacionário). Ao considerarmos tal argumento, reforçamos a compreensão de que o Estado burguês ao legitimar-se no poder, cria mediações através das políticas sociais, que naturalizam os processos de dominação política e econômica. Nas palavras de Osorio (2019):

O interesse político central de toda classe que domina é perpetuar sua dominação. Para tanto, deve se assumir como a portadora do fim da história e transmitir esta visão à sociedade como um todo, para que o resto das classes aceite a dominação e a exploração como um processo natural e não como um resultado histórico e, portanto, transitório. Para realizar essa tarefa as classes dominantes precisam da ação do conjunto de tramas sociais que conformam o sistema de dominação (OSORIO, 2019, p. 78).

O projeto político hegemônico que viabilizou a gênese e desenvolvimento do Serviço Social, o fez, seja com vistas na sua contribuição para manter a reprodução e acumulação da classe dominante; ou ainda, para responder, através do Estado (legitimador dos interesses capitalistas), ao conjunto das demandas, pressões e lutas por serviços e direitos trabalhistas e sociais da classe trabalhadora. Assim, a *natureza* do Serviço Social se situa no campo *político-econômico* e sua *funcionalidade* está intrinsecamente vinculada a legitimação da ordem capitalista, na medida que o Estado toma para si as respostas quanto as refrações da *questão social*, mediante as políticas sociais.

Tal como apresenta Yazbek (2009b), cabe ressaltar brevemente que em seu nascedouro, a profissão no Brasil apoia-se em referenciais doutrinários da Igreja Católica, sob a influência no ideário franco-belga; posteriormente seguindo influências do modelo estadunidense, associa o discurso humanista-cristão com o suporte técnico-científico da matriz positivista, reforçando o conservadorismo profissional.⁵

No caso do Serviço Social, um primeiro suporte teórico-metodológico necessário à qualificação técnica de sua prática e a sua modernização vai ser buscado na matriz positivista e em sua apreensão manipuladora, instrumental e imediata do ser social. Este horizonte analítico aborda as relações sociais dos indivíduos no plano de suas vivências imediatas, como fatos, como dados, que se apresentam em sua objetividade e imediaticidade. O método positivista trabalha com as relações aparentes dos fatos, evolui dentro do já contido e busca a regularidade, as

⁵ Yazbek esclarece que “[...] nem o doutrinário, nem o conservadorismo constituem teorias sociais.” (YAZBEK, 2009b, p. 147)



abstrações e as relações invariáveis (YAZBEK, 2009b, p. 147).

Portanto, no contexto de seu surgimento, o *trabalho assalariado* da(o) assistente social desenvolve-se em um campo de forte teor conservador em sua cultura teórico-prática, orientado pela lógica da reprodução do capital, sob a aparente neutralidade do Estado, que se coloca como o viabilizador da “*ordem e progresso*”.

O projeto de formação profissional no Brasil reconhece a dimensão contraditória das demandas que se apresentam à profissão, expressão das forças sociais que nelas incidem: tanto o movimento do capital, quanto os direitos, valores e princípios que fazem parte das conquistas e do ideário dos trabalhadores (IAMAMOTO, 2007, p. 182).

No movimento histórico, a profissão passa a identificar-se com a classe trabalhadora e como classe trabalhadora, desdobrando esforços teóricos e metodológicos, éticos e políticos para fazer face e questionar o seu cariz reprodutor do capital. O Serviço Social mostra diferenças essenciais entre sua emergência e seu desenvolvimento profissional, intelectual e político, especialmente no período entre meados da década de 1960 a meados de 1970, a partir do *Movimento de Reconceituação* (MR). No entanto, mesmo diante da rigorosa crítica desenvolvida ao Serviço Social conservador, este movimento não conseguiu romper de vez com sua tradição e fundamento, sendo considerado pelos teóricos críticos da área, como uma “*intenção de ruptura*”. Deste modo, o Serviço Social se moderniza, ao mesmo tempo em que permanece com traços conservadores. Por sua vez, é indispensável salientar que esta profissão acumulou uma massa crítica intelectual, desenvolvendo não somente uma produção de conhecimento própria sobre a realidade social e a prática profissional, mas apresentando elementos de interlocução no debate das ciências sociais e nas áreas onde atua. Apesar do MR no Brasil ter sido gestado no contexto da política desenvolvimentista e no regime de exceção, uma *vanguarda intelectual*⁶ da profissão assume uma tendência de inspiração marxista, mesmo que esta inicialmente tenha sido marcada por um marxismo sem Marx, conforme aponta Iamamoto (IAMAMOTO, 2003, p. 211).

É a partir da compreensão de que as profissões se forjam e modificam-se no dinamismo sócio-histórico e no nível de desenvolvimento das forças produtivas, mediadas pelos acúmulos das estruturas e agentes profissionais é que o Serviço Social se reconfigura, reagindo aos desafios impostos pelas conjunturas. Nesta direção, Martins (2019) afirma que a profissionalidade de qualquer ofício não é criada exclusivamente por seus conhecimentos, proteção jurídica, metodologias, instrumentos e técnicas, mas estes apenas a expressam e atualizam.

Sob este pressuposto que sustentamos a importância de tratarmos os inúmeros

⁶ Expressão de José Paulo Netto.



desafios e contradições que perpassam a formação e exercício profissional em Serviço Social, desde sua gênese aos dias atuais, reconhecendo a funcionalidade e a legitimidade da profissão na divisão sociotécnica do trabalho. Desta maneira, desvelar as dimensões assumidas pela educação formal e suas determinações é um aspecto imprescindível para compreendermos os processos de legitimação de um modo de organização social que tem por finalidade precípua responder às necessidades do sistema do capital. Portanto, a legitimidade do Serviço Social está no objeto de sua intervenção, reconhecidamente como a “*questão social*” e suas manifestações (velhas e novas) intrínsecas ao capitalismo; bem como, nos organismos que desenvolvem as políticas sociais, historicamente assumidas pelo Estado e organizações vinculadas às classes dominantes. É indispensável para nossa análise reconhecer que os processos históricos impõem limites, mas também desvelam possibilidades alternativas à profissão (na formação e no seu exercício), na medida em que engendram mediações teóricas e práticas às respostas que vão sendo construídas pela categoria diante das demandas postas, seja pela classe dominante ou por trabalhadores (explorados, expropriados, oprimidos, desempregados, subempregados).

3) A FORMAÇÃO CRÍTICA COMO FUNDAMENTO PARA CONSTRUÇÃO DE UM PROJETO PROFISSIONAL COMPROMETIDO COM A CLASSE TRABALHADORA

O adensamento teórico e a maturação intelectual construída pela categoria ao longo dos anos levam a possibilidade de revisões teóricas e práticas do Serviço Social brasileiro, tendo o MR uma marca fulcral, estimulada por uma *vanguarda intelectual* e adensada por significativa representatividade coletiva da categoria. Assim, a formação em Serviço Social circunscreve-se no bojo do movimento e condições ideopolíticas, econômicas e sociais que configuram a organização do Estado e a dinâmica da sociedade brasileira.

Conforme apontamos anteriormente, a profissão forja-se sob as marcas da contradição entre seu contributo para a reprodução do capital através do Estado (atuando nas políticas sociais), e as demandas e lutas das classes trabalhadoras por direitos, na passagem do capitalismo concorrencial ao capitalismo monopolista. Portanto, esta é uma profissão socialmente determinada por circunstâncias sociais objetivas, que define uma direção social à prática profissional, mas também é produto da atividade dos sujeitos que a constroem coletivamente (IAMAMOTO, 2003). Ressalta-se que foi em um contexto político e econômico caracterizado por forte e violenta repressão social e restrição, principalmente, dos direitos políticos e civis, que os intelectuais da categoria profissional se aproximam teoricamente das obras marxistas, em um primeiro momento, e em seguida da produção marxiana. A construção dos eixos de preocupação fundamentais na condução do MR do Serviço Social, segundo Iamamoto dizem respeito: 1) à contextualização histórica da ação profissional necessária para reconhecer e buscar a compreensão dos rumos peculiares do



desenvolvimento latino-americano em sua relação de dependência com os países de economia central; 2) aos esforços empreendidos para a criação de um projeto profissional latino-americano abrangente atento às suas características, envolvendo as dimensões teórico-metodológicas e prático-interventivas; 3) uma explícita polarização da ação profissional, solidária à “causa dos oprimidos” e comprometida com a “transformação social”; 4) à necessidade de atribuir um “estatuto científico” ao Serviço Social; 5) reestruturação da formação profissional, a partir do exercício da crítica, do debate e da produção de conhecimento no estreitamento de seus vínculos com a sociedade (IAMAMOTO, 2003, p. 209).

É relevante reafirmar que a categoria profissional das(os) assistentes sociais brasileiras(os), desde o final da década de 1960, procurou construir um projeto profissional comprometido com a classe trabalhadora, cuja fundamentação teórico-crítica sustenta a “[...] *compreensão da realidade social, em toda a sua complexidade e contradição, tal como ela é, e não como se apresenta em suas manifestações mais simples e imediatas*” (CFESS, 2012, p. 13). Conforme apresenta Boschetti (2012), este decurso teve um marco no III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, em 1979, denominado *Congresso da Virada* (BOSCHETTI, 2012, p. 13), seguido de uma década extremamente fecunda na definição de novos rumos para o Serviço Social, tanto na formação quanto no exercício profissional. Neste processo, desencadeia-se a reestruturação da Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (ABESS), manifestando-se em seguida no currículo dos cursos de graduação em Serviço Social de 1982 e na reorganização do conjunto CFESS/CRESS, que passa a assumir um papel determinante para o Serviço Social brasileiro e fora dele de acordo com Boschetti (2012): nas lutas pela redemocratização, no reconhecimento do trabalho como fundante da vida, na defesa dos direitos como mediação pela emancipação humana e não como o fim último da sociedade burguesa. Para lamamoto o grande desafio apresentado naquela época já era o de

[...] transitar da bagagem teórica acumulada ao enraizamento da profissão na realidade, atribuindo, ao mesmo tempo, uma maior atenção às estratégias, táticas e técnicas do trabalho profissional, em função das particularidades dos temas que são objetos de estudo e ação do assistente social (IAMAMOTO, 2003, p. 52).

A direção do projeto de formação profissional em Serviço Social ao longo destes anos tem estabelecido suas bases teóricas, éticas e políticas face às exigências da contemporaneidade, mas também da qualidade da formação. Uma importante advertência de lamamoto (2003) já se colocava nos anos de 1980, a saber, a necessidade de uma fundamentação que contemple e articule as dimensões teórico-metodológica, ético-política, técnico-operativa e que seja capaz de ultrapassar o teorismo, o militanteismo e o tecnicismo.



Deste modo é essencial à formação e ao exercício profissional das(os) assistentes sociais a *unidade* entre a investigação e intervenção da e na realidade social, orientada por um arcabouço teórico histórico-crítico que considere as categorias totalidade, particularidade e singularidade. E é com este alinhamento que foi estruturada a proposta curricular apresentada em 1996 pela ABEPSS, a partir da revisão do Currículo Mínimo vigente desde 1982.⁷ Nas *Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social* apresentadas em 1996 ao MEC encontram-se os *pressupostos norteadores* da concepção educativo-pedagógico da formação profissional, seus os *princípios* e *diretrizes curriculares*, e a lógica que ancora a concepção de ensino e aprendizagem alicerçada nos *Núcleos de Fundamentação* teórico-metodológicos da vida social; da formação sócio-histórica da sociedade brasileira; e do trabalho profissional. Com essa direção ética e política, define-se as áreas de conhecimentos necessárias à formação profissional, expressas através de *componentes curriculares*, tais como: disciplinas, seminários temáticos, oficinas e laboratórios, atividades complementares e nas atividades definidas como indispensáveis - Estágio Curricular e o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Entretanto, ressalva-se também que os currículos são escolhas políticas em que a correlação de forças entre as Unidades de formação (geralmente assumidos pelo Estado) e a categoria profissional é explicitada. Assim, viabilizam-se os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC) e as matrizes curriculares a expressar as escolhas teóricas, metodológicas, operativas e éticas, bem como, os limites e as possibilidades que redundam do confronto das ideais, das forças em jogo, da conjuntura econômica e política, e mais recentemente do avanço e alargamento do uso das tecnologias de informação e comunicação (TICs).

4) AS CONTRADIÇÕES E DESAFIOS DA FORMAÇÃO E DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL NO CONTEXTO NEOLIBERAL

Ao compreender que o Serviço Social se constitui no processo histórico da dinâmica societária, a direção da categoria, representada pela ABEPSS/CFESS/ENESSO, entende que a profissão se transforma ao alterarem-se as condições e as relações sociais nas quais ela se encontra. Ou seja, é fundamental perceber que, sob a ordem do sistema do capital, tem-se como objeto de intervenção profissional as manifestações da *questão social* que ganham contornos e formas distintas dadas as mutações da dinâmica e dos processos produtivos que afetam diretamente a produção e reprodução da vida social. As reestruturações produtivas engendram a necessidade de o capital reinventar-se para a manutenção ou ampliação dos lucros; somada ao neoliberalismo em que o Estado-nação cumpre o exercício do poder político para a garantia dos interesses dos grupos de

⁷ Parecer CFE no 412, de 04.08.1982 e Resolução nº 06 de 23/09/82 (ABEPSS, 1996).



dominação econômica, seja da burguesia nacional ou dos conglomerados internacionais.

A partir dos anos de 1990, são identificadas expressivas alterações na dinâmica de organização do sistema do capital, com a clivagem para um modelo de organização produtiva orientada pelo Toyotismo/Ohnoismo, além da introdução do capital especulativo em um contexto de economia mundializada/financeirizada. Este processo impõe uma lógica produtiva fragmentada, atomizada, com exacerbada flexibilização e superexploração do trabalho, ampliação das desigualdades sociais entre os países de economias centrais e de periferia, dentre outras características. Neste contexto, o Estado brasileiro realiza a contrarreforma da política de educação, apoiando e estimulando o empresariado a assumir o ensino superior no país, sob orientação das definições dos tratados e organismos internacionais. Por sua vez, as regulamentações do ensino e, conseqüentemente das diretrizes para definição dos PPCs ficam submetidas às determinações que favorecem a dinâmica do capital. Reafirma-se que as escolhas dos currículos são também escolhas políticas, conforme aponta Antunes

[...] no contexto atual, as instituições de ensino (sobretudo o ensino técnico, mas também o superior, principalmente se voltado às engenharias) têm buscado adaptar seus currículos a um contexto no qual os trabalhadores/as devem ser mais flexíveis, “polivalentes”, ao operarem equipamentos cada vez mais avançados, com ênfase nas tecnologias digitais e de informação (ANTUNES, 2019, p. 14).

Conforme apontado anteriormente, é pertinente recordar que entre os anos de 1994 e 1996 acontece um processo aprofundado de discussões, revisão curricular e elaboração do documento com as propostas básicas para um projeto de formação profissional de Serviço Social que foi aprovado em Assembleia Geral da ABESS, realizada no Rio de Janeiro, em novembro de 1996 (ABEPSS, 2011-2012, p. 49-50) e, posteriormente submetido ao Conselho Nacional de Educação (CNE). No entanto, “[...] as *Diretrizes Curriculares legalmente vigentes não exprimem integralmente o projeto de formação profissional da ABEPSS*” (IAMAMOTO, 2007, p. 444), uma vez que o CNE descaracterizou, com supressões e acréscimos, a proposta original da categoria. Conforme apresenta Iamamoto, a forma final assumida pelas Diretrizes Curriculares, homologadas em julho de 2001 pelo então Ministério de Educação e do Desporto (MEC) fere a “[...] *direção social da formação profissional, os conhecimentos e habilidades preconizados e considerados essenciais ao desempenho da(o) assistente social*” (IAMAMOTO, 2007, p. 445). Alguns exemplos desta descaracterização são apresentados por esta autora e podem ser verificados nas seguintes situações: foi suprimido do *perfil do bacharelado* - “profissional comprometido com os valores e princípios norteadores do Código de Ética do Assistente Social”, e substituído por “utilização dos recursos da informática”; na definição das *habilidades e competências* foi suprimida “a definição do *direcionamento teórico-metodológico e histórico para a análise dos processos sociais e da sociedade brasileira*”; os *tópicos de estudos*, que consubstanciavam



o detalhamento dos conteúdos curriculares anunciados nos três Núcleos de Fundamentação que compõem a organização curricular foram banidos do texto oficial.

Particularmente, o corte referente aos Núcleos significou a impossibilidade de viabilizar um conteúdo básico comum à formação profissional no país. Pode-se perceber que nas diretrizes curriculares previstas pelo MEC há um esvaziamento político e teórico-metodológico quanto as competências/habilidades⁸ em favor da dimensão técnico-operativa na formação. Em outros termos, para que a(o) profissional de SS seja capaz de operar as competências e habilidades propostas nestas diretrizes curriculares, antes (ela/ele) precisa ser capaz de compreender, interpretar e apropriar-se das categorias que explicitam a realidade concreta. No entanto, diante dos determinantes da burguesia por meio de formas jurídicas e dos modelos precarizado de ensino, escapam à formação a intencionalidade emancipatória do projeto profissional defendido por esta categoria.

O processo formativo e o exercício profissional desta categoria “[...] *requerem um suporte teórico que assegure a fundamentação da concepção ética e dos valores ético-políticos, dando sustentação ao conjunto de suas prescrições*” (BARROCO, 2012, p. 53). Nestes termos, os PPCs ofertados pelas Instituições de Ensino Superior (IES), suas matrizes curriculares com os conteúdos e as componentes que as estruturam, sugerem as pistas e as tendências da formação profissional na atualidade. Portanto, é responsabilidade da categoria profissional identificar a possível precarização do ensino subordinada às imposições do mercado de trabalho e seus processos de sujeição, alienação, massificação e despolitização desenvolvidas no cotidiano. Por sua vez, como destaca Iamamoto, cabem a devida atenção quanto ao “[...] *cultivo do renascimento do pensamento conservador travestido de atualidade sob o crivo da pós-modernidade*” (IAMAMOTO, 2007, p. 42). Sob os ideários do neoliberalismo nos processos de trabalho e na formação (somada a expansão do neoconservadorismo), esta tem sido marcada também pelo imediatismo, trefismo, práticas fragmentadas e funcionais, voluntarismo alimentando a tendência à mistificação das contradições de classes. Desse modo, Iamamoto nos alerta que

A pulverização e a massificação da formação universitária voltada à sua adequação às “demandas flexíveis do mercado” estimulam o reforço de mecanismos ideológicos direcionados à submissão dos profissionais às “normas do mercado”, parte da estratégia do grande capital na contenção das contradições sociais e políticas condensadas na *questão social* (IAMAMOTO, 2007, p. 441).

Desafiados a problematizar sobre os aspectos que perpassam tanto o campo prático-teórico, as dimensões ideopolíticas da educação em geral, e os processos de ensino específicos ao Serviço Social, é fundamental apontarmos para aspectos do tempo presente que refletem imediatamente na divisão social do trabalho: a flexibilização da formação; a

⁸ Lei que regulamenta a profissão - Lei n. 8662/1993 define as competências e atribuições privativas da(o) profissional de Serviço Social.



ampliação de vagas no ensino privado em detrimento do público; o aligeiramento da formação (cursos mais enxutos); a pretensa democratização da formação através do ensino a distância; a diversidade de modelos formativos a distância que buscam mascarar a precarização do ensino; o esvaziamento dos Núcleos de Fundamentação previstos nas Diretrizes da ABEPSS; o distanciamento da Direção Social Estratégica (1982) reafirmada no Código de Ética Profissional e na Lei que regulamenta a profissão (1993); a restrição do desenvolvimento de um pensamento politizado e crítico; a desvinculação do Projeto Ético-Político construído pela categoria ao longo dos anos, ao projeto societário⁹ que coaduna com os interesses da classe trabalhadora.

Tais aspectos evidenciam a importância do posicionando da categoria contra a educação 'massificada' por meio da mercantilização e mercadorização, revelado através das pautas de luta, normativas e documentos elaborados pela ABEPSS, pelo conjunto CFESS/CRESS e a ENESSO. Esta reflexão avança na medida em que se identifica a essência do campo formativo como constitutivo da base histórico-crítica para a intervenção profissional, alicerçada não apenas em um arcabouço teórico denso e contra-hegemônico, mas também ético e politicamente referenciada em novos padrões de sociabilidade.

A massificação e a perda da qualidade da formação universitária estimulam o reforço de mecanismos ideológicos que facilitam a submissão dos profissionais às normas do mercado, redundando em um processo de despolitização da categoria, favorecido pelo isolamento vivenciado no ensino à distância e na falta de experiências estudantis coletivas na vida universitária (IAMAMOTO, 2009, p. 42).

Nesta esteira sinalizamos, tal como nos propõe Paulo Netto (1996), que os projetos profissionais apresentam a autoimagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam os seus objetivos e funções, e formulam requisitos para o seu exercício. Prescrevem, ainda, as normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem parâmetros para a sua relação com os usuários dos serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais, privadas e públicas. Todavia, destaca este autor, “[...] o Serviço Social mesmo não é indiferente às hegemonias que se constituírem: no seu interior, desenham-se e conflitam projetos sociais determinados e, pois, com determinadas hegemonias políticas” (PAULO NETTO, 1996, p. 115). Desta forma, expressam-se as diferenciações no plano ideopolítico e cultural da profissão, objetivando um campo de disputa constante, com a finalidade de estabelecer a direção social para a profissão. Os sinais de alerta diante das possíveis tentativas de vulnerabilizar a matriz de tradição marxista e a *direção estratégica da profissão* foram apresentados por Paulo Netto (1996) já na década de 1990, o que se intensifica diante da ofensiva neoliberal e das amarras ideológicas e teóricas que a sustenta.

⁹ “Trata-se daqueles projetos que apresentam uma imagem de sociedade a ser construída, que reclamam determinados valores para justificá-la e que privilegiam certos meios (materiais e culturais) para concretizá-la” (PAULO NETTO, 1999).



Torna-se imperativo acumularmos bases de fundamentação científica para confrontarmos e resistir as ofensivas do modelo imposto pelo capital, reivindicando o exercício da *relativa autonomia* da(o) assistente social na condução de um projeto profissional direcionado à intencionalidade de contribuir para a construção de uma ordem societária sem dominação de classe, etnia, gênero e quaisquer formas de exploração e violação de direitos. Portanto, as condições de uma formação deletéria e precária explicitam-se na incompatibilidade com a *identidade profissional* construída historicamente por processos de lutas em defesa da classe trabalhadora, dos direitos sociais e humanos. A fragilidade teórico-metodológica do “discurso competente” e a-crítico, tratado como uma estratégia de ocultamento e dissimulação do real ganha adesão e contornos que precisam de reflexão pormenorizada e aprofundada.

Nesta direção é imprescindível à(ao) profissional de Serviço Social uma formação intelectual e cultural, com competência técnica e científica para o desenvolvimento de suas funções nos diversos espaços sociocupacionais, na divisão sociotécnica do trabalho. Exige-se um nível de abstração da realidade social que possa comportar tanto a compreensão sobre o exercício profissional da categoria, quanto a ótica dos sujeitos a quem se dirige a intervenção profissional (IAMAMOTO, 2007). Em tempos de nova reestruturação produtiva, caracterizada principalmente pela flexibilização dos processos e condições de trabalho, altera-se significativamente a formação do trabalhador coletivo. Ainda, diante da subsunção à terceirização e precarização das relações de trabalho, ao desemprego e à vínculos extremamente fragilizados,¹⁰ à exigência de produtividade em detrimento da sanidade, é incontornável a apropriação de bases de fundamentação e argumentação para questionar as condições de produção e reprodução social da vida. Ao mesmo tempo, observamos a racionalização e enxugamento da esfera pública por meio de reordenamento dos modelos gerenciais, que vem corrompendo suas estruturas em detrimento do discurso da crise. Desta forma, Souza (2019) nos alerta que

[...] o Estado renova sua pedagogia política para educar a sociedade civil para o consenso, conformando-a ética e moralmente ao conjunto de mudanças em curso. Assim, sob condições renovadas, o Estado media o conflito entre as classes sociais, combinando consenso e coerção, embora nessas condições prevaleça seu potencial persuasivo (SOUZA, 2019, p. 22).

Neste contexto de mundialização do sistema do capital e de sua produção da mercantilização universal, da financeirização da economia e do culto ao individualismo, a(o) profissional do Serviço Social participa dos processos políticos na mediação das exigências do mundo do trabalho; bem como da criação de estratégias para tecer respostas coletivas às expressões da *questão social*. Deste modo, as iniciativas de resistências contra os

¹⁰ Vários processos de contratação de profissionais de serviço social vêm sendo feitos pelo poder público através de pregões, desqualificando e rebaixando os valores de salários a níveis degradantes.



modelos de sociedade que vinculam-se às diversas formas de opressão e dominação sobre a classe trabalhadora, requerem densidade formativa ao conjunto da categoria profissional.

5) CONSIDERAÇÕES FINAIS

No percurso delineado aqui, o estatuto legal flexibilizado em que as Instituições de Ensino Superior passam a responder após 2001,¹¹ orientado fortemente por princípios liberais que necessitam de novas respostas sob a lógica do capital (e impostas pelos organismos internacionais), rebate e fragiliza o projeto de formação profissional construído coletivamente pela categoria. O desdobramento deste processo foi agravado por estratégias formativas viabilizadas pelas TIC, com a expansão do ensino na modalidade a distância, regido pelo grande capital e comprometido com a ampliação dos lucros em detrimento da formação competente e crítica. Nesta esteira, as TIC, antes de ser uma ferramenta de ampliação e diversificação do repertório no processo de ensino-aprendizagem, apresenta-se como forma de alargar os números de ingressantes no ensino superior, sem garantias de qualidade, permanência ou mesmo conclusão dos cursos.

O Serviço Social submetido à direção da “gestão empresarial do Estado”, tem feito resistências e posicionado teórico e politicamente quanto as incongruências desta política educacional frente ao atual PEP. O que exige do campo formativo e das respostas profissionais que a categoria é instigada a construir, atenção permanente quanto ao papel do Estado como espaço de fomento dos interesses da burguesia. Nesta esteira é urgente considerar as bases de fundamentação da profissão coerentes com um projeto societário que faz a crítica radical à ordem social vigente (ou seja, posicionamento anticapitalista) articulado a uma prática que rompa com o taylorismo, o voluntarismo e o conservadorismo, e que possa recompor sua dimensão educativa na perspectiva da *consciência de classe* e da luta por uma *nova sociabilidade*. Desta forma, o conjunto da categoria, reconhecendo-se constitutiva da classe trabalhadora, mas com atribuições específicas na *divisão social e sexual do trabalho*, deve ter por objetivo a reafirmação de um perfil profissional qualificado às robustas e complexas exigências da realidade presente.

Entretanto, as marcas das inflexões recorrentes dos processos que vêm determinando a formação e o exercício profissional se caracterizam pela própria lógica educacional em que se insere a formação do ensino superior nos países de capitalismo dependente mediada pelo modelo dual elitista e fragmentado; pelas mudanças desencadeadas pela Revolução Cibernética/Robótica, avançando para a ligeirice e flexibilização da formação e da automação do trabalho; bem como enfrenta as próprias contradições e limites específicos da categoria profissional.

¹¹ Ver PARECER CNE/CES 492/2001, homologado em 04/07/2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0492.pdf>. Acesso em: 03 set de 2019.



Desta forma faz-se necessário nos questionarmos, diante do cenário atual, sobre quais seriam as estratégias para: 1) apreensão crítica do *processo histórico como totalidade*; 2) fomento da *investigação* sobre a formação histórica e os processos sociais contemporâneos, a compreender as particularidades da constituição e desenvolvimento do capitalismo e do Serviço Social no país; 3) captação do *significado social* da profissão desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade; 4) percepção das *demandas* postas ao Serviço Social via mercado, visando formular respostas profissionais potenciando *enfrentamento da questão social*; 5) exercício profissional atento as *competências e atribuições* prevista na Lei em vigor.

A construção permanente da unidade entre conteúdos teóricos e a realidade concreta de uma sociedade regida pelo MPC e suas implicações para a classe trabalhadora é fulcral para uma formação e intervenção profissional compatíveis com a dinâmica da emancipação humana. Neste ponto fica evidente que as elaborações da categoria que orientam o exercício profissional não são alheias às transformações da sociedade capitalista, mas as reconhece no campo das contradições inerentes a essa lógica de sociabilidade vigente.

As mais recentes e profundas alterações na dinâmica do capital, no caso brasileiro (mas não somente) permitiu configurações reacionárias assumirem o bloco de poder, exigindo-nos um esforço ainda mais profundo e abrangente sobre as condições para fazer valer os pressupostos que direcionam o projeto desta categoria profissional. Assim, a manutenção da direção do atual Projeto Ético-Político requer da categoria (em sua vanguarda articulada com a base) encontrar formas e criar capacidades de confrontar a atual dinâmica societária e as condições impostas pelo sistema do capital por meio do Estado, para fazer frente às sequelas da formação e do exercício profissional orientados, principalmente da despolitização da profissão, do tecnicismo e tarefismo que configuram as requisições do atual contexto econômico e social do capitalismo.

REFERÊNCIAS:

ABEPSS. ***Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social***: Com base no Currículo Mínimo aprovado em Assembléia Geral Extraordinária de 08 de novembro de 1996. Rio de Janeiro: ABEPSS, 1996.

ALMEIDA, N. L. T. de. ***Considerações iniciais para o exame do processo de trabalho do Serviço Social. Serviço Social e Sociedade***. São Paulo: Cortez, ano XVII, n. 52, dez. 1996, p. 24-47.

ANTUNES, R. Da educação utilitária fordista à da multifuncionalidade liofilizada. In: ***Das crises do capital às crises da Educação Superior no Brasil - novos e renovados desafios em perspectiva***. 1.ed. Uberlândia: Navegando Publicações, 2019, p. 5-17.



BARROCO, M. L. S; TERRA, S. H. **Código de Ética do/a assistente social comentado**. CFESS. São Paulo: Cortez, 2012.

BOSCHETTI, I. 2012. Abertura. In: **Seminário nacional: 30 anos do Congresso da Virada/Conselho Federal de Serviço Social**. Brasília: CFESS, 2012.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação** nº 9.394/96. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação**. Brasília, DF: Presidência da República, 1998.

CFESS. **Seminário nacional: 30 anos do Congresso da Virada**. Brasília: CFESS, 2012.

CFESS. **Sobre a incompatibilidade entre graduação à distância e Serviço Social**. Brasília, v. 2, 2014.

GRANEMANN, S. Processos de trabalho e Serviço Social. In: **Reprodução Social, Trabalho e Serviço Social. Módulo I. Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Brasília, CEAD, 1999, p. 153- 166.

IAMAMOTO, M.V. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**.6. ed. São Paulo, Cortez, 2003.

IAMAMOTO, M.V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2007.

IAMAMOTO, M.V. O Serviço Social na cena contemporânea. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009, p.15-50.

IAMAMOTO, M.V. **A Formação Acadêmico-profissional**. Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 120, out/dez. 2014, p. 609-639.

MARTINS, L. **Teoria das profissões, marxismo e serviço social**. Brasília: Temporalis. n.37, 2019,p. 45-64.

MONTAÑO, C. **A natureza do Serviço Social: Um ensaio sobre sua gênese, a “especificidade” e sua reprodução**. São Paulo: Cortez, 2007.

OSORIO, J. **O Estado no centro da mundialização: a sociedade civil e o tema do poder**. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

PAULO NETTO, J. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1996.

PAULO NETTO, J. **Transformações societárias e Serviço Social. Notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil**. São Paulo: Serviço Social e Sociedade, Ano XVII, n. 50, 1996,p.87-132.

PAULO NETTO, J. A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea. In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 1: Crise contemporânea, questão social e Serviço Social**. Brasília: CEAD, 1999, p. 92-110.

PAULO NETTO, J. **Uma face contemporânea da barbárie**. 2010.



SOUZA, J. S. Crise orgânica do capital, recomposição burguesa e intensificação da precariedade do trabalho docente: fundamentos sócio-históricos da (des)configuração do trabalho docente. In: ***Das crises do capital às crises da Educação Superior no Brasil - novos e renovados desafios em perspectiva***. 1.ed. Uberlândia: Navegando Publicações, 2019, p. 19-35.

YAZBEK, M. C. O significado sócio histórico da profissão serviço social. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília, DF: CFESS/ABEPSS, 2009a. p, 125-142.

YAZBEK, M. C. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília, DF: CFESS/ABEPSS, 2009b, p. 143-164.